

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

DENISE MARIA VIEIRA

PROPOSTA DE CURSO NA MODALIDADE À DISTÂNCIA DE INSTRUÇÃO
PROCESSUAL PARA AFASTAMENTO DO PAÍS

CURITIBA
2013

DENISE MARIA VIEIRA

PROPOSTA DE CURSO NA MODALIDADE À DISTÂNCIA DE INSTRUÇÃO
PROCESSUAL PARA AFASTAMENTO DO PAÍS

Monografia apresentada a Coordenação de Políticas Integradas de Educação a Distância da Pró-reitoria de Graduação da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Educação a Distância.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Glaucia da Silva Brito
Co-orientadora: Prof^a. Esp. Madlaine Célia de Lima

CURITIBA
2013

Dedico esta monografia a minha querida
filha Helena, sempre fonte de inspiração e
motivação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos meus colegas de trabalho pela colaboração e em especial Marinês de Pauli Thomaz, Claudia Monica Ritossa, Maria Teresa Alves Gonzati, Camila da Silva Fernandes de Oliveira e Adélia Jungles.

“O único passo entre o sonho e
a realidade é a atitude”
Autor desconhecido

RESUMO

A Universidade Federal do Paraná - UFPR é uma instituição de ensino, pesquisa e extensão têm como objetivo contribuir com a produção de conhecimento e a formação do cidadão pela educação. Nesta perspectiva possibilita aos seus servidores o afastamento do país para intercâmbio e capacitação profissional. Os afastamentos do país são autorizados mediante correta instrução processual, proporcionando ao servidor segurança e legalidade do ato. A instituição possibilita cursos de formação aos seus servidores através da Pró Reitoria de Gestão de Pessoal - PROGEPE. Problemas referentes à instrução processual de afastamento do país são frequentes, tornando esses processos morosos. A falta de conhecimento da legislação pertinente, de clareza das informações, levam a incongruência e inconformidades, o que representam em torno de trinta por cento dos processos, também em torno de trinta por cento dos processos possuem prazos superiores aos estabelecidos para sua conclusão. Processos mal instruídos levam insegurança aos envolvidos, demandam retrabalho, dificultam tomadas de decisões e encaminhamentos posteriores. Cabe às instituições identificarem demandas formativas e promover a capacitação dos servidores. A educação à distância - EaD é uma modalidade de ensino que proporciona a formação como um todo, intermediada por meios/tecnologias de informação e comunicação, vem contribuir num processo mais amplo de educação. Cursos oferecidos pela própria Instituição através da modalidade da EaD proporcionam a oportunidade dos servidores técnicos/docentes de aumentarem sua compreensão dos fatores envolvidos nos afastamentos do país, contribuem para capacitação e reciclagem profissional, torna os procedimentos apreendidos e o trabalho melhor executado. A EaD através dos seus aspectos de abertura a novos cursos, acessibilidade, flexibilidade contribui para integração dos servidores nos diversos campi nos processos formativos, tão importantes numa instituição que presa e incentiva a formação profissional. Muitos cursos são oferecidos os servidores da UFPR na modalidade à distância, facilitando a integração e participação em processos formativos e educacionais. Neste contexto, justifica-se a proposta de curso de capacitação para instrução processual de afastamento do país na modalidade à distância através da análise do contexto atual, estudo dos formulários, legislação, identificação das principais dificuldades e formas de melhorar instruir os processos e introduzir ao Sistema de Concessão de Diárias e Passagens – SCDP, responsável pelo lançamento nacional, controle e autorização da liberação de diárias e passagens concedidas pela UFPR.

Palavras-chave: capacitação, EaD, afastamento

ABSTRACT

Universidade Federal do Paraná - UFPR is an educational, research and extension institution, that aims to contribute to the production of knowledge and constitution of citizens through education. This perspective enables employees to participate in exchange and professional training programs abroad. This period outside of the native country is authorized by proper procedural instruction, providing the employee with security and legality of the act. The institution provides training courses to the employees through the Pro-Rectorship of Personnel Management - PROGEPE. Problems relating to the procedural instruction to leave the country are frequent, which in turn make these processes very slow. The lack of knowledge of the pertinent legislation, and clarity of information, lead to inconsistencies and unconformities, which account for around thirty percent of the cases, and another thirty percent approximately refer to process that take over a satisfactory length of time for its completion. Poorly set up processes lead to insecurity to the involved, require rework, hamper decision making and subsequent referrals. Institutions need to identify training demands and promote the respective training courses to the employees. E-learning courses are a method that provides training as a whole, intermediated by information and communication technologies, which contributes to a broader process of education. Courses offered by the institution through e-learning provide the opportunity of technical/professors employees to increase their understanding of the stages involved in the set-up process to leave the country, contributing to the professional training and updating to better apprehend and execute such process. The characteristics of the e-learning method such as offering new courses, accessibility and flexibility, contribute to the integration of employees in different campuses in the formative processes that is important for an institution that encourages professional training. Several e-learning courses are offered to the employees at UFPR, facilitating the integration and participation in educational and training processes. In this context, it is justified to propose the offering of a procedural instruction to leave the country e-learning training course to analyze the current context, the study of forms, legislation, identification of the main obstacles and ways to improve processes instructions and introduce to the Daily Allowance and Travel Ticket Concession System - SCDP, the control and authorization to release daily allowances and travel tickets granted UFPR.

Key words: training, e-learning, absence

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Distribuição em semanas da duração na tramitação dos processos de afastamento

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição das Inconformidades encontradas nos processos de afastamento no total de 126 eventos analisados

Tabela 2 . Distribuição das ocorrências nos intervalos de duração de tramitação no período 28/02/2013 à 18/04/2013

LISTA DE SIGLAS

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEPE - Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão

CGU – Controladoria Geral da União

CNPq – Conselho Nacional de desenvolvimento Científico e Tecnológico

COPLAD – Conselho de Planejamento e Administração

DAP/DN – Departamento de Administração de Pessoal, Divisão de Normatização

DOU – Diário Oficial da União

EaD – Educação à distância

PROGEPE – Pró Reitoria de Gestão de Pessoas

FINEP – Agência Brasileira da Inovação

REUNI – Reestruturação Expansão das Universidades Federais

SCDP – Sistema de Concessão de Diárias e Passagens

UFPR – Universidade Federal do Paraná

URFC – Unidade de Registros Funcionais e Cadastrais

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
1.1 JUSTIFICATIVA	14
1.2 OBJETIVO GERAL	15
1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	15
2. O QUE É EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA.....	16
2.1. HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA.....	17
2.2. CARACTERÍSTICAS DA EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA.....	18
2.3. O PAPEL E COMPETÊNCIAS DO TUTOR:.....	20
3. PROCESSO DE AFASTAMENTO DO PAÍS	21
4. METODOLOGIA	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
REFERÊNCIAS.....	32

1. INTRODUÇÃO

A Universidade Federal do Paraná-UFPR é uma autarquia de regime especial, com autonomia administrativa, financeira e disciplinar mantida pela União Federal, tem como objetivos promover a educação, o ensino e o desenvolvimento tecnológico, a cultura, ciência, literatura e artes, forma professores, técnicos e cientistas; contribui para a solução dos problemas de interesse da comunidade sob a forma de cursos, estudos e serviços; desenvolve pesquisa nas diversas áreas de conhecimento; tem como missão construir e disseminar o conhecimento, contribuindo para a formação do cidadão e desenvolvimento sustentável.

A UFPR tem como princípio ser uma universidade pública, gratuita, de qualidade e comprometida com a sociedade, com a construção do saber e formação de profissionais competentes e compromissados socialmente. Nesse contexto, os servidores são incentivados a capacitação, buscando ampliar seu conhecimento, através de intercâmbios culturais, participação em congressos, seminários, simpósios, eventos relacionados à sua área de pesquisa e qualificação, através de cursos de especialização, mestrado, doutorado, pós-doutorado para melhor se qualificarem e contribuir para a formação do cidadão.

Para viabilizar a capacitação e qualificação dos servidores, é aberta a solicitação para o afastamento das atividades por meio de processo de afastamento do país e no país, que devem cumprir normas estabelecidas por resoluções dos Conselhos Internos, ordens de serviços, ofícios circulares do Reitor, portarias da Pró Reitoria de Gestão de Pessoas- PROGEPE, atendendo a legislação vigente e comprovando através de documentos o interesse institucional do afastamento.

O tempo médio decorrido para a tramitação dos processos de afastamentos é considerado longo, dificultando o planejamento, encaminhamentos práticos provenientes do deslocamento, tomada de decisões. A incidência de erro na instrução processual de afastamento do país é em torno de trinta por cento, fazendo com que os processos retornem aos locais de origem para correções o que torna o processo mais moroso. O retrabalho é muito frequente, muitos servidores estão envolvidos na instrução dos processos de afastamento.

É possível tornar o processo de afastamento mais ágil? Através da oferta de curso de capacitação de servidores, na modalidade de educação à distância, é

possível proporcionar aos servidores técnico/docentes o contato com as normas vigentes referentes à autorização de afastamento, bem como o levantamento principais problemas encontrados na instrução de processos de afastamento e a forma de minimizar esses problemas, pode-se diminuir o tempo necessário para atender aos requisitos, tornando o processo de afastamento mais eficiente, diminuindo o tempo de trâmite do processo e as inconformidades.

1.1 Justificativa

O processo de afastamento do país é autorizado pela autoridade máxima da instituição (Reitor), garantindo ao servidor a legalidade do afastamento das atividades.

A UFPR aprova e publica em Diário Oficial da União – DOU em torno de 1000 afastamentos do país por ano, dentre eles encontrasse um percentual aproximado de 30% que se apresentam dentro da sua tramitação como processos incompletos, deficientes de documentos, com informações incorretas, preenchimentos errado, várias inconsistências, que levam ao atraso ou erro na publicação. Muitos processos de afastamento se faz necessária alteração da publicação em DOU. A instituição paga a Imprensa nacional a cada publicação solicitada.

Quando os processos estão em desacordo, na etapa final ao processo é necessário todo um retrabalho de devolução de processos, solicitação de complemento, esclarecimentos. Na rotina do Gabinete do Reitor são realizadas as etapas de última análise, autorização do afastamento através de assinatura de despacho do reitor, cancelamento ou alteração de afastamento do país e posterior publicação em diário oficial da união – DOU. Acompanho essa rotina administrativa dentro do Gabinete do Reitor desde o ano de 2010, por ser a última etapa antes da publicação é possível observar os principais problemas, dificuldades de compreensão, desconhecimento das normas vigentes e a morosidade decorrente nos processos de afastamento do país.

Cursos curtos oferecidos pela própria Instituição através da modalidade da EaD proporcionam a oportunidade dos servidores técnicos/docentes de aumentarem sua compreensão dos fatores envolvidos nos afastamentos, contribuem para capacitação e reciclagem profissional, torna os procedimentos apreendidos e o trabalho melhor executado.

1.2 Objetivo Geral

Desenvolver um curso à distância de capacitação para instrução processual de processo de afastamento do país.

1.3 Objetivos específicos

- Orientar servidores da UFPR sobre os processos de afastamento do país;
- Orientar servidores da UFPR da necessidade e importância da instrução correta do afastamento do país;
- Incluir o processo de afastamento do país no Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP), independente do ônus;
- Tornar os processos de afastamento do país mais ágeis, reduzindo o tempo de tramitação e devolução dos processos para complementação de informações;
- Diminuir os custos em publicações no DOU.

2. O QUE É EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

A educação é um conceito que deve estar inserido dentro do mais amplo aspecto socioeconômico, histórico e cultural de seu tempo. Ela é requerida de forma a atender as necessidades da sociedade a que se coloca. Pensar em educação é refletir sobre que sociedade se quer, que caminhos tomarmos como educadores para atender as necessidades desta sociedade que se pretende mais justa, solidária e crítica.

Segundo Duarte e Barbosa (2007) “É sabido que a Educação deve possibilitar: a alfabetização, as capacidades de aprendizagem, o desenvolvimento do raciocínio crítico, a criatividade e a ação no que diz respeito à transformação social. Através de uma visão de mundo mais crítica podemos analisar e modificar nossa realidade”. Assim pensar a educação passa pela reflexão: que educação estamos buscando, aquela baseada em repasse de conhecimento, procedimentos, fórmulas mágicas? Ou educar para a formação do indivíduo, sua inserção crítica e autônoma na sociedade?

Paulo Freire considera na sua obra que “Como mecanismo propulsor dos mais importantes avanços humanos, a educação constitui um meio para a melhoria do Brasil e do mundo. As práticas pedagógicas estabelecem diferentes maneiras de se transmitir o conhecimento, principalmente pelo diálogo entre professores e alunos”. O diálogo, a troca entre professores e alunos é essencial na construção e transformação pela educação. Através do diálogo se respeita os saberes, conhece a realidade das pessoas envolvidas, valorizasse o conhecimento popular.

A Educação a distância – EaD, modalidade de educação intermediada por meios/tecnologias de informação e comunicação, busca contribuir neste processo mais amplo de educação. Não dissociado do contexto histórico a EaD acompanha a visão da Educação como um todo.

2.1. Histórico da Educação a Distância

A EaD surgiu no século XVIII, apresenta direta correlação com meios de comunicação e informação nas diferentes épocas e contextos, pressupõe o uso, o intermédio de meios como o correio, rádio, televisão, mídias eletrônicas, internet. Originalmente se fez uso do correio, posteriormente rádio, televisão e mais recentemente o uso dos meios virtuais, a internet.

A EaD contribuiu para a formação de trabalhadores, com o advento da industrialização e vem oportunizando acesso ao ensino formal pessoas com dificuldades, capacitando profissionais, atualmente com uma proposta mais integrada, participativa e contribuindo com ações formativas ao cidadão. Segundo Nogueira e Morais “A educação a distância surgiu da necessidade de formação e qualificação profissionais de pessoas que não tinham acesso e/ou condições de frequentar um estabelecimento de ensino presencial. Assim, a EaD evoluiu juntamente com as tecnologias desenvolvidas em cada momento histórico, as quais influenciam não só ambiente educativo, mas a sociedade como um todo.”

2.2. Características da Educação à Distância

Na EaD a relação professor/aluno não se baseia em encontros presenciais em sua totalidade, baseia-se na criação de ambientes de formação e troca professor aluno, aluno/professor, aluno/aluno. Nesses ambientes devem ser considerados elementos fundamentais, que se inter-relacionam e contribuem para o processo educacional: infraestrutura oferecida, projeto pedagógico, tutoria, pessoal técnico qualificado, material didático adequado, atualizado e interessante, recursos tecnológicos acessíveis e confiáveis.

Segundo Scherer, em organização pedagógica na EaD é importante a consideração de algumas características importantes:

- Democratização – pela EaD há a possibilidade de educação para todos, com redução ou eliminação das dificuldades de acesso a cursos. Representa a igualdade de oportunidades de formação, de modo especial para as pessoas que não podem frequentar a escola presencial.
- Autonomia – como na modalidade presencial, a EaD tem por objetivo desenvolver a autonomia, a capacidade de auto-organização, de autoprodução, a capacidade do estudante de emancipar-se, de se tornar sujeito da aprendizagem. A autonomia é a capacidade que precisamos desenvolver para organizar as nossas ideias, para fazer sínteses de pensamentos e usar os conhecimentos em diferentes situações, tirando nossas próprias conclusões.
- Dialogicidade – é a possibilidade de diálogo, em ambientes virtuais, com os colegas e professores, com os objetos de estudo, nos processos de reflexão e produção. O diálogo é possível quando há compreensão do outro, dos significados que atribuímos ao que é discutido, é a busca pelo entendimento de um objeto em estudo.
- Abertura – a abertura na EaD surge da diversidade e amplitude na oferta de cursos. Observamos o quanto os cursos podem ser ofertados de forma diferente, atingindo poucos ou muitos, com pequenas ou grandes distâncias, dispersos geograficamente ou aglomerados.
- Educação Permanente – a EaD é um caminho para a aprendizagem ao longo da vida. É a oportunidade de ampliarmos continuamente

nossos conhecimentos, seja para a vida profissional ou apenas para aprimoramentos na vida social e cultural. Afinal, podemos participar de formação continuada aproveitando tempo disponível, independente de estarmos próximos ou distantes geograficamente da instituição que a promove.

- Flexibilidade – a modalidade de EaD foi criada para atender estudantes em diferentes necessidades, principalmente em relação ao tempo e ao local de estudo.
- Construcionismo contextualizado – esta característica precisa estar mais presente nas propostas de EaD, pois caracteriza o atendimento ao interesse dos alunos, sugerindo estudos que abordem contextos que constituem a sua realidade.

Ao considerarmos essas características temos a noção da amplitude e complexidade do ambiente que envolve a EaD. O comprometimento dos envolvidos, aqui se entenda, professores/tutores, alunos e demais participantes do processo, é um aspecto importante a se considerar.

2.3. O papel e competências do tutor:

O papel do professor/tutor na EaD é indispensável, cabe a ele o contato mais direto com os alunos, o acompanhamento do processo educativo, a interlocução com os participantes através de um ambiente de interativo e participativo, o estímulo à troca de experiência e pontos de vista, a avaliação constante da evolução dos participantes, a identificação de situação desfavoráveis e tomada de decisões. Sua ação baseia na articulação de todos os elementos envolvidos na EaD, na contribuição com o desenvolvimento das potencialidades dos alunos e de forma mais enfática, é ele que sempre estará em contato, dará apoio, evitando que o aluno tenha a sensação de uma educação impessoal e solitária.

Segundo SOUZA *et al*, o tutor deve contemplar algumas competência:

- “Saber lidar com os ritmos individuais diferentes dos alunos;
- Apropriar-se de técnicas novas de elaboração do material didático impresso e do produzido por meios eletrônicos;
- Dominar técnicas e instrumentos de avaliação, trabalhando em ambientes diversos daqueles já existentes no sistema presencial de educação.
- Ter habilidades de investigação;
- Utilizar técnicas variadas de investigação e propor esquemas mentais para criar uma nova cultura, indagadora e plena em procedimentos de criatividade”.

Na EaD devem estar presentes a reflexão, análise constantes de toda a rede de considerações, o intenso uso atual de tecnologias ligadas à informática e ao mundo virtual, não diminuem a responsabilidades do educadores. Abre-se a possibilidade de inúmeros processos educativos e formativos. Essas novas potencialidades e a crescente necessidade de capacitação, reciclagem dos trabalhadores têm levado a instituições ligadas ao ensino a oferecerem cursos à distância dos mais variados. Contudo, é importante ressaltar que esses cursos devem estar comprometidos com a qualidade, o compromisso com a formação do indivíduo e contribuir com a sociedade.

3. PROCESSO DE AFASTAMENTO DO PAÍS

O afastamento do país para capacitação e qualificação dos servidores técnicos e docentes tratasse de autorização concedida de afastamento ao servidor de suas atividades profissionais, de forma a não causar prejuízos à comunidade acadêmica e demonstrado interesse institucional. É um recurso bastante utilizado entre o meio acadêmico, por se entender, a importância da atualização e busca constante de novos aprendizados, bem como, pela troca de experiências de seu corpo de pessoal.

Esses processos são primeiramente montados nos departamentos ou unidades administrativas, passam pelos setores, por setores da Pró Reitoria de Gestão de Pessoas-PROGEPE. Em cada etapa da tramitação dos processos de afastamentos devesse cumprir alguns procedimentos, que após atingidos na sua totalidade, culminará na autorização publicada em Diário Oficial da União – DOU.

Inicialmente o interessado deve realizar a solicitação à sua chefia, preencher e providenciar as assinaturas necessárias no formulário de afastamento do país e termo de compromisso disponibilizados pela PROGEPE, comprovante de concessão de auxílio financeiro quando provenientes da UFPR, CNPq, CAPES, Fundação Araucária, comprovar através de convite ou folder ou programação ou carta de aceite ou correspondência eletrônica (todos traduzidos) os compromissos assumidos e que demonstrem o vínculo ou interesse institucional. Deve ser solicitado em reuniões de câmara do departamento e do setor a que está vinculado sua aprovação, essa deve constar nas respectivas atas devidamente descrita: com o período do afastamento em que deve ser considerado o deslocamento necessário, as características do evento, a localização e quem assumirá seus encargos didáticos, no caso dos docentes. No caso de servidores procedesse da mesma forma, com exceção da aprovação em ata, essa aprovação deve ser dada pela chefia imediata.

É realizada a abertura de processo administrativo, identificado através de um número gerado pelo sistema aonde constara a documentação necessária. Algumas considerações são importantes ao se abrir o processo: identificar o interessado como requerente, selecionar como processo administrativo, identificar a origem do setor ou unidade administrativa e no resumo do assunto identificar, o assunto (afastamento do país), nome do interessado, período e local. Essas informações

facilitam a busca no sistema, o acompanhamento da tramitação do processo. É comum a situação de solicitação de informação pelo interessado, sem que o mesmo saiba qual o número gerado no seu processo.

Após o preenchimento e reunião da documentação, e da abertura do processo, o mesmo é encaminhado à URFC, unidade da PROGEPE responsável por informar a situação cadastral do servidor, entre elas: cargo, classe, lotação, informações essas que iram identificar o servidor e constaram no despacho do reitor autorizando o afastamento.

O procedimento seguinte é a tramitação ao DAP/DN, divisão da PROGEPE que irá analisar se o processo se encontra nas normas vigentes, se estão atendidas os requisitos exigidos. Nesta unidade são identificadas as pendências, quando existentes e solicitada a correção ou complementação através da devolução dos processos ao local de origem ou por contatos telefônicos ou e-mail. São preenchidas em formulário da PROGEPE um resumo que será utilizado para publicação, constando: nome do servidor, período do afastamento, eventos e tipo de participação, local de destino e tipo de auxílio financeiro, se for o caso.

Atendidos os requisitos e documentação o processo de afastamento segue à Divisão de Expediente do Gabinete do Reitor, aonde se monta o despacho do reitor autorizando e publicando o afastamento. Nesta etapa, aonde tenho desenvolvido a atividade de análise do despacho, busco as informações no processo e estas devem estar claras e corretas. Contudo, ocorrem situações que mesmo realizada toda a tramitação e análise do processo ainda restam dúvidas e neste caso, como o texto será oficializado em DOU, não cabe a mim ou a qualquer servidor, complementar, decidir ou alterar as informações do processo. Muitas vezes tenho que entrar em contato com o interessado solicitando esclarecimentos de questão pendentes ou não devidamente instruídas. Quando os processos estão em desacordo, na etapa final ao processo é necessário todo um retrabalho de devolução de processos, solicitação de complemento, esclarecimentos. Muitas pessoas são envolvidas, muitas informações, comprovantes, etapas e setores estão envolvidos na aprovação deste tipo de processo.

Em pesquisa realizada nos processos que tramitaram pela divisão de expediente do gabinete do reitor, no período de 28/03/2013 à 16/04/2013, foram

analisados 126 evento. Deste total foram encontrados 32 processos com inconformidade. Segue tabela com as inconformidades encontradas.

Tabela 1. Distribuição das Inconformidades encontradas nos processos de afastamento	
Justificativa de período excedente	10
Ajuste de duração do afastamento atendendo as normas	2
Tradução de convite	9
Comprovante de concessão de auxílio financeiro	11
Assinaturas e carimbos das chefias	4
Paginação	1
Apresentação de convite	5
Ata departamental	2
Encargos didáticos	3
Alteração de período de férias	1
Atualização de formulários	2
Período do afastamento não inclui deslocamento	1
Informação de datas divergentes	1
Servidores com dois cargos aguardando os dois processos	9

Nota-se que são inúmeras e variadas as inconformidades. Alguns processos apresentaram mais de um tipo de inconformidade associada. Analisarei cada informalidade encontrada:

- Justificativa de período excedente: o período de afastamento deve considerar o período que o evento comprovado se dá, mais o tempo necessário para o deslocamento. São aceitas em geral períodos médio de 1 dia para país da América do Sul, 2 dias para América do Norte e Europa e três dias para as demais regiões, não se diferencia dias de finais de semana. Os casos em que o afastamento excede o período considerado necessário para deslocamento, não são aceitos. Neste caso existem duas possibilidades: a alteração do período do afastamento ou a justificativa.
- Justificativa de duração do afastamento atendendo as normas: quando o período de afastamento excede o previsto, algumas justificativas são aceitas: disponibilidade de passagem, custo de passagem elevado e

comprovado, eventos comprovados consecutivos com pequenos intervalos.

- Tradução de comprovante de compromisso: a comprovação do compromisso deve estar em português, eximindo aos técnicos que analisam qualquer dúvida na interpretação ou tradução do evento. A tradução deve constar informações constante em convites ou no caso de congressos ou afins as informações resumidas do nome do evento, período, localização.
- Comprovante de concessão de auxílio financeiro: algumas categorias de concessão de ônus requerem a informação no processo, por ser necessário constar essa informação na publicação. As categorias são: UFPR, Fundação Araucária, CNPq, CAPES, FINEP e REUNI. Essa informação é necessária para o repasse do auxílio. Ocorrem casos que os servidores solicitam a várias instituições o auxílio financeiro e quando concedidos o servidor deve optar por um tipo de concessão para cada tipo de auxílio, aqui se entenda, diárias e passagens. É vedada o acúmulo do auxílio.
- Assinaturas e carimbos das chefias: em processos administrativos as assinaturas devem estar acompanhadas de identificação.
- Paginação: esse procedimento isolado geralmente não é impedimento para que o afastamento seja aprovado, mas representa uma garantia de que não ocorram alterações de informações.
- Apresentação de convite: todo o evento informado deve ser comprovado. A confirmação pode se dar por um agendamento, um e-mail, uma programação.
- Ata departamental: o afastamento deve ser aprovado em pelo menos uma ata setorial ou departamental, em situações extremas é aceito uma apenas aprovação "*ad referendum*".
- Encargos didáticos: deve ser indicado no processo quem assumirá os encargos didáticos durante o afastamento do país.
- Alteração de período de férias: em período de férias não se justifica solicitação de solicitação de afastamento das atividades.
- Atualização de formulários: os formulários atualizados buscam atender o preenchimento das informações necessárias.
- Período do afastamento não inclui deslocamento: ocorrem situações em que o processo é instruído constando apenas o período do evento,

desconsiderando o período necessário de deslocamento. Esse período deve ser considerado, desta forma, o servidor está assegurado e se previne de qualquer eventualidade.

- Informações de datas divergentes: as informações de data devem ser as mesmas, não é aceito informações divergentes. Importante ressaltar a necessidade de coerência.
- Servidores com dois cargos aguardando os dois processos: é frequente a situação de uma mesma pessoa possuir dois cargos, dois vínculos institucionais. Neste caso é necessária a abertura de processo e autorização nos dois casos. Essa situação é muito comum no caso de servidores com cargos de médicos e docentes.

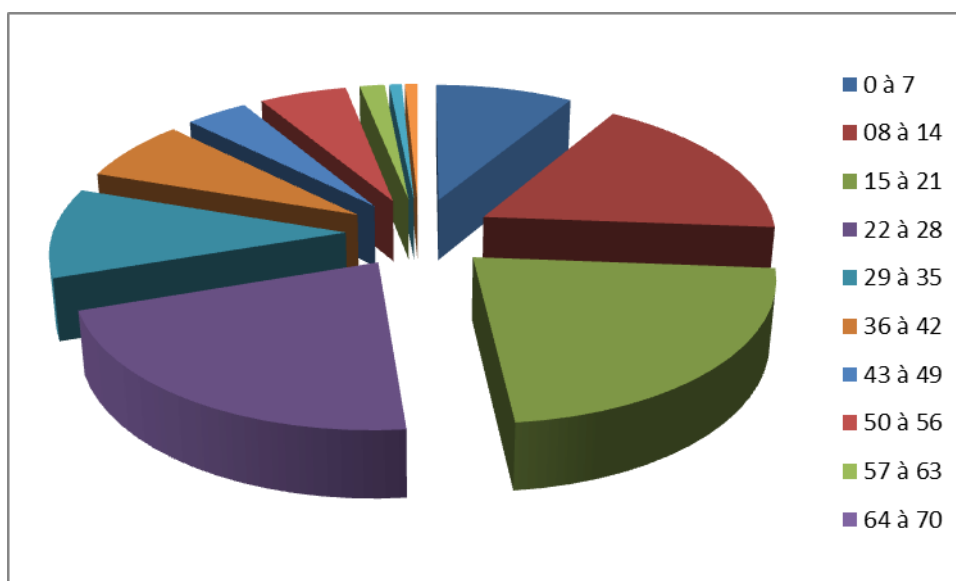
Do total de cento e vinte e seis eventos acompanhados, trinta e nove o que representa 30,95% da amostragem apresentaram inconformidades ou inconsistências na instrução processual de afastamento no país.

Conforme PORTARIA Nº 15867/PROGEPE de 10 de agosto de 2012, o prazo mínimo de antecedência, para envio à Unidade de Registros Funcionais e Cadastrais/PROPEGE é de trinta dias para afastamentos inferiores a noventa dias e, de cinquenta dias para afastamentos com mais de noventa dias, esse sujeitos a aprovação do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão – CEPE.

Distribuição das ocorrências nos intervalos de duração de tramitação no período 28/02/2013 à 18/04/2013		
Intervalos duração de tramitação (dias)	Ocorrências	Frequência
0 à 7	11	0,087
08 à 14	22	0,175
15 à 21	28	0,222
22 à 28	27	0,214
29 à 35	13	0,103
36 à 42	9	0,072
43 à 49	5	0,04
50 à 56	7	0,055
57 à 63	2	0,016
64 à 70		
71 à 77	1	0,008
78 à 85	1	0,008
Total	126	1

Como podemos observar na tabela acima mencionada a frequência das ocorrências que excedem aos previsto pela portaria da PROGEPE, em torno de 0,302. Essa situação demonstra a dificuldade na instrução processual e consequente morosidade da tramitação dos processos de afastamento.

Gráfico 1 - Distribuição em semanas da duração na tramitação dos processos de afastamento:



A capacitação de docentes, servidores públicos, chefias e técnicos administrativos envolvidos na montagem do processo minimizaria esses problemas, aperfeiçoa o processo, menos recursos humanos seriam utilizados e envolvidos no retrabalho o que proporcionaria a garantia do afastamento com segurança e amparado na legislação vigente.

O que pode parecer a princípio extremamente burocrático é a garantia posterior de o interessado estar se afastando do país na forma da lei, atendendo aos dispositivos legais, que questionamentos sobre seus afastamentos possam ser justificados em situações de investigação, denúncia, sindicância contra ele. Na eventualidade de qualquer imprevisto, situação complicadora ou mesmo fatalidade ele estará amparado.

Aquele servidor que se ausentar de suas atividades sem a devida autorização, pode configurar abandono de emprego e ser penalizado. O risco para o servidor público é muito grande. Esses também estão sujeitos a auditorias internas

ou externas, em que processos mal instruídos podem levar a devolução de verbas referentes a diárias. Auditorias essas, como as que foram realizadas em anos atrás pela da Controladoria Geral da União – CGU.

Os prazos solicitados pelas PROGEPE para abertura e encaminhamento dos processos são considerados longos e muitas vezes comprometem tomadas de decisões, como aquisições de passagens, reservas de hotéis, confirmação de participação em eventos, compromissos previamente assumidos, liberação de vistos de entrada em país. Contudo, eles se tornam necessários perante as atuais desconformidades dos processos de afastamentos.

Existe uma relação estreita entre os órgãos apoiadores que concedem auxílios financeiros para docentes e servidores e os processos de afastamentos. Esses órgãos/instituições precisam analisar, justificar os recursos disponibilizados, prestar contas dos recursos públicos que foram cedidos. Órgãos e instituições apoiadoras como CNPq Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e a Coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior-CAPEs, Fundação Araucária e a própria UFPR só liberam o auxílio financeiro se o afastamento do país estiver devidamente instruído, regulamentado, autorizado e publicado em DOU.

Atualmente todos os processos que envolvem a concessão de diárias e passagem pela UFPR são lançados no Sistema de Concessão de Diárias e Passagens- SCDP, este sistema tem o objetivo de regulamentar a concessão destes auxílios, tornando-a mais transparente e buscando através do cumprimento de prazos e controles diminuir os custos. Também nesse sistema é possível cadastrar todos os afastamentos independentes do ônus.

O processo administrativo que leva a autorização do afastamento e o lançamento no Sistema de Concessão de Diárias e Passagens andam de forma paralela, as informações devem ser as mesma e só é possível o lançamento no SCDP através da aprovação e posterior publicação do afastamento em Diário Oficial da União. Qualquer inconsistência ou incoerência entre os lançamentos no SCDP e o processo de afastamento pode levar ao atraso de pagamento de diárias ou ao aumento do valor das passagens, pois quanto mais próxima da viagem for adquirida a passagem, mais cara ela fica.

Outro aspecto importante a se considerar é a grande dimensão da UFPR com diversos campi, em diversas regiões do Paraná, litoral, capital, interior do

estado. Quando necessárias quaisquer correções ou complementações no processo, isso vai demandar tempo de transito, mais tramitações o que torna o processo mais moroso.

Características especiais do trabalho de docentes, cada qual desenvolvendo atividades em áreas específicas do conhecimento, que muitas vezes são de difícil compreensão pelos técnicos administrativos envolvidos. É necessário clareza sobre as informações para que quando publicado a autorização do afastamento as informações estejam corretas e completas.

4 . METODOLOGIA

A pesquisa em questão foi motivada pela necessidade de capacitação de servidores no que se refere a instruções de processos de afastamento do país, tem como objetivo buscar identificar os principais problemas, inconformidades, analisar os dados da pesquisa e propor um curso em EaD para minimizar esses problemas e tornar mais ágeis processos de afastamento do país.

A Metodologia escolhida foi a de pesquisa exploratória utilizando procedimentos quantitativos e qualitativos, aliando o estudo da bibliografia sobre o tema, considerando a experiência profissional de três anos na análise de processos de afastamento do país, bem como a troca de informações entre setores relacionados a análises desses processos e, com os docentes e servidores interessados.

O Trabalho de conclusão de curso foi desenvolvido na Universidade Federal do Paraná, através do estudo da atual realidade na instrução de processos de afastamento do país, com base nos procedimentos administrativos adotados. Foi realizado levantamento de dados através da análise de processos que tramitaram pelo Gabinete do Reitor.

Com base nos registros internos do Gabinete do Reitor durante o ano de 2012 foi identificada a frequência de alteração das publicações em DOU dos afastamentos.

No período de 28/02/2013 à 18/04/2013 foram levantados e análise dados em processos em tramitação. Foi identificado o tempo de tramitação dos processos nesse período; a ocorrência de devolução de processos aos setores/unidades de origem para providências de correção ou complementação de informações e as inconformidades nos processos de afastamento.

Os dados mostraram que as inconformidades na instrução dos processos de afastamento são frequentes, que esses levam ao atraso na conclusão dos processos, tomada de decisões e posteriores encaminhamentos, mostrou também a

importância da promoção e a justificativa da oferta de um curso de Capacitação em Instrução Processual de afastamento do país.

Cursos de capacitação devem ser constantemente promovidos pela Instituição, assegurando aos servidores a segurança e a formação necessária para melhor desenvolverem suas atividades profissionais, bem como o entendimento das inter-relações que suas ações estão sujeitas.

O curso será destinado aos servidores da UFPR (docentes e técnico-administrativos). Prevê uma carga horária de vinte (20) horas, na modalidade à distância, sendo disponibilizado no moodle, promovido pela PROGEPE.

Haverá a disponibilização de material de orientação, textos de apoio, legislações, formulários, introdução ao SCPD - e normativas e afins, aonde se pretende identificar e propor soluções mais efetivas para instrução dos processos de afastamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Universidade Federal do Paraná, instituição de ensino, pesquisa e extensão busca promover o intercâmbio e a capacitação do seu quadro de docentes e técnicos administrativos para melhor atender a demanda da sociedade. Para tanto, autoriza com base na legislação vigente o afastamento do país, estes processos devem atender os requisitos necessários, muitos problemas foram identificados na instrução processual de afastamentos do país.

Cabe à instituição promover e incentivar capacitação para os servidores envolvidos e interessados de forma a tornar os processos de afastamento do país mais seguros e menos morosos. Através da PROGEPE é possível desenvolver formas de identificar essas demandas e se mobilize para supri-la.

Cursos em Educação à Distância de Capacitação Profissional podem e devem ser utilizados para atender as demandas existentes, possibilitando capacitação, interação e integração dos servidores.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério de Planejamento Orçamento e Gestão. **Sistema de Concessão de Diárias e Passagens**. Disponível em: < www.scdp.gov.br>. Acesso em: 01 jul. 2013

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 8112 de 11/12/1990** : que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias e Fundações Federais. Brasília, DF, 1990. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112compilado.htm >. Acesso em: 01 jul. 2013

DUARTE, Ana Célia de Souza ; BARBOZA. Reginaldo José. Paulo Freire: o papel de educação como emancipação do indivíduo. **Revista Eletrônica de Pedagogia**. n.09, jan. 2007. Disponível em:<<http://www.revista.inf.br/pedagogia09/pages/artigos/edic09-anov-art09.pdf>. >. Acesso em: 21 abr. 2013.

SCHERER, Sueli. **Organização Pedagógica em EaD**. Disponível em: < <http://www.cursos.nead.ufpr.br/mod/resource/view.php?inpopup=true&id=117754> > . Acesso em: 05 maio 2013

SOUZA, Carlos Alberto de ... [et al.]. **Tutoria na Educação à Distância**. Disponível em: < <http://www.abed.org.br/congresso2004/por/htm/088-TC-C2.htm> >. Acesso em: 19 abr. 2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ . Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão. **Resolução Nº 66/98-CEPE** : que estabelece normas para o afastamento de docentes da UFPR. Curitiba : UFPR, 1998

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ . **Formulários de afastamento do país para estudo ou eventos – Técnico-administrativo**. Disponível em:< http://www.progepe.ufpr.br/progepe/documentos/formularios_pdf/Afastamento_para_estudo_ou_eventos_tecnico_do_pais.pdf.> Acesso em : 01 jul. 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ . **OF UFPR 013/09-R/Cir** : que tem o desígnio de esclarecimento sobre os procedimentos que permitem encetar o caminho correto ao requerer o afastamento do país, por meio deste, dirimir questões frequentes identificadas pelo Gabinete do Reitor, instância responsável pela autorização e publicação em DOU. Curitiba : UFPR, 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ . **Ordem de serviço 001/2011-GR** : que dispõe sobre a concessão de diárias e passagens no âmbito da Universidade Federal do Paraná. Curitiba : UFPR, 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ . Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas. **Portaria 15867/PROGEPE, de 10 de agosto de 2012** : que normativa os

procedimentos para solicitação de afastamento de docentes e técnicos administrativos, para dentro e fora do país. Curitiba : UFPR, 2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ . Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas. **Formulários de afastamentos do país para estudo ou eventos – Docentes (PROGEPE)**. Disponível em:<

http://www.progepe.ufpr.br/progepe/documentos/formularios_pdf/Afastamento_para_estudo_ou_eventos_docente_do_pais.pdf. > Acesso em: 01/jul. 2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Conselho de Planejamento e Administração. **Resolução Nº 02/01-COPLAD** : que estabelece e fixa critérios para os afastamentos para ações de capacitação do pessoal técnico-administrativo. Curitiba : UFPR, 2012.